

CAPÍTULO I

A construção do objeto de pesquisa

*Pobre velha música!
Não sei por que agrado,
Enche-se de lágrimas
Meu olhar parado.*

*Recordo outro ouvir-te.
Não sei se te ouvi
Nessa minha infância
Que me lembra em ti.*

*Com que ânsia tão raiva
Quero aquele outrora!
E eu era feliz? Não sei:
Fui-o outrora agora.
Fernando Pessoa*

Como foi dito na introdução, este estudo tem como tema a implantação do curso de formação de professores primários e sua trajetória durante os anos de 1964 a 2004. Para desenvolvê-lo busquei a contextualização da cidade onde foi implantado o curso, a caracterização dessa modalidade de ensino e as especificidades encontradas no curso desenvolvido na Escola Normal do Colégio Estadual “Antonio Raposo Tavares”. Cada um desses aspectos foi transformado em um capítulo desta dissertação.

Para entendermos o percurso deste estudo, é preciso retomar que o projeto elaborado para o mestrado teve como ponto de partida um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado, em 2006, para o programa de pós-graduação *lato senso* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – “História, Cultura e Sociedade”, no qual foi apresentado um exercício de pesquisa histórica sobre o curso de formação professores primários desenvolvido pelo Colégio Estadual “Antonio Raposo Tavares” (doravante CENEART), restrito aos anos de 1964 a 1971, embora o trabalho também abordasse, brevemente, os anos posteriores.

Esse trabalho tinha por objetivo levantar dados sobre os alunos das primeiras turmas deste curso, com a finalidade de entender se o curso era procurado e quem o procurava, buscando luzes sobre a importância desse curso. Desta forma, por meio da análise do livro de matrículas de 1965, descobrimos que o curso de formação de professores teve, inicialmente, cento e cinquenta e um (151) alunos matriculados, distribuídos em quatro salas: três classes de primeiro ano e uma classe de segundo ano. Foi possível observar dados sobre o local de

nascimento dos alunos, a nacionalidade dos pais, a idade dos alunos matriculados e o local de moradia.

Essas informações foram organizadas em tabelas e gráficos que facilitavam a sua análise. Foi possível perceber que 39% dos alunos matriculados eram naturais de cidades do interior do estado de São Paulo, 12% eram de outros estados, indicando uma forte migração para o município de Osasco, na década de 1960. Além disso, temos 35% dos alunos nascidos na Grande São Paulo e apenas 12% em Osasco. A maioria dos alunos moravam nos mais diferentes bairros do município de Osasco e alguns vinham de cidades vizinhas como Itapevi, Cotia, Carapicuíba, Barueri, São Roque, São Paulo, Jandira entre outros.

Apesar do município de Osasco ter tido forte influência estrangeira nos seus primórdios, como veremos no Capítulo II, essa presença não é tão evidente na década de 1960, apenas 16% de pais e mães (declarados no livro de matrícula de 1965) são estrangeiros, dentre os quais encontramos japoneses (3%), italianos (1%), espanhóis (1%), portugueses (5%), armênios (2%), libaneses (1%), romenos, poloneses, lituanos, ucranianos, russos, argentinos. Isso demonstra um passado de forte imigração que abrangeu grupos de diferentes nações, mas que na década de 1960 já não era realidade em Osasco.

De acordo com os estudos de Coelho (2001), com o desenvolvimento industrial da região, a população osasquense cresceu aceleradamente recebendo migrantes vindos da capital do estado e de outras regiões do estado de São Paulo, além de outros estados brasileiros. Por volta de 1980, Osasco possuía uma população migrante da própria região sudeste (59,1%), seguida pela região Nordeste (23,8%) e pela região Sul (14,5%). (COELHO, 2001:45).

Ainda pelo livro de matrícula podemos perceber que a idade dos alunos nos anos iniciais do curso de formação de professores era bastante variada sendo encontrados alunos entre 15 a 38 anos, com uma concentração maior de alunos com idades entre 16 a 20 anos. Essa foi uma característica percebida ao longo dos quarenta anos do curso, indicando a presença de alunos mais velhos. Ou seja, deduzimos que o curso ensinava o prosseguimento da escolarização e, ao mesmo tempo, garantia uma profissão para aqueles que, por algum motivo, não tinham conseguido completar sua escolarização no secundário.

Sobre a escola, foram levantadas informações desde a sua instalação no distrito de Osasco em 1950, a partir da leitura de seus livros de atas de reuniões pedagógicas e administrativas, com o objetivo de captar o cotidiano e as tensões vividas pela escola. A

bibliografia consultada consistiu basicamente em dois trabalhos de Sonia Regina Martim “A Escola Primária em Osasco – 1900/1949 – da Escola Preliminar Mista da Estação de Osasco ao Grupo Escolar – Marechal Bittencourt” (Dissertação de Mestrado), e, “A Escola Secundária e a Cidade: Osasco, anos 1950/1960” (Doutorado), ambos apresentados no programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Trouxeram como contribuição um estudo detalhado sobre a implantação e o desenvolvimento do primeiro Grupo Escolar no, então, distrito e a criação da escola secundária nos anos de 1950. Estes trabalhos deram uma ênfase especial ao movimento responsável pela emancipação do município de Osasco e ao movimento dos estudantes com a criação da União Estudantil de Osasco (UEO), desestruturada pela ditadura militar e recriada como Círculo Estudantil de Osasco (CEO), que teve, porém, uma curta duração.

Foi com o objetivo de ampliar a pesquisa realizada nesse trabalho de TCC que o transformei em um projeto de mestrado, pois apesar das informações levantadas, não foi possível esclarecer porque o curso era tão bem conceituado, porque a escola tornou-se um símbolo para as pessoas em seu entorno. Ou seja, a questão principal do trabalho sobre a importância da escola não tinha sido evidenciada.

Desta forma, o presente trabalho de pesquisa é motivado pela busca do significado da abertura, em 1964, de uma Escola Normal em um município recém emancipado da cidade de São Paulo, além da compreensão da política educacional da época. Adiciona-se a isto, o exame das razões que motivaram a finalização do curso de formação de professores em nível médio, a partir da política implementada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que determinou a extinção dessa modalidade de ensino¹ no território paulista, independentemente do êxito ou do fracasso das diversas instituições que a desenvolviam.

Um exemplo de um dos atos que anunciaram a morte do curso de formação de professores, pode ser destacado pela Resolução SE 135, de 16-12-2003 (vide anexo A²), que dispunha sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas dos projetos e modalidades de ensino para o ano de 2004, publicada em 17/12/2003 e republicada em 30/01/2004 por ter

¹ Segundo Augusto Dias (1998: 133), a rede de escolas de um sistema escolar obedece a uma distribuição conforme uma estrutura didática que possui duas dimensões: vertical (níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior) e horizontal (modalidades de ensino: no ensino médio, por exemplo, ensino regular, profissionalizante, supletivo, etc.). O Curso Normal é, portanto, uma modalidade de ensino do Ensino Médio; o CEFAM é um projeto específico que foi criado (em 1988) dentro de uma modalidade: a Habilitação Específica para o Magistério.

² Para facilitar a consulta os anexos foram organizados no final do trabalho conforme a sequência em que aparecem no decorrer do texto.

saído com incorreções. Nesta resolução podemos notar que a atribuição de aulas para o curso normal só ocorreria em classes em continuidade de estudos e não em turmas novas, conforme o trecho a seguir:

Artigo 5º - A atribuição das aulas das disciplinas profissionalizantes dos cursos de Educação Profissional de Nível Técnico, exclusivamente **para as turmas que se encontram em continuidade de estudos**, far-se-á, no processo inicial, como carga suplementar do titular de cargo ou como carga horária do ocupante de função-atividade e do candidato à admissão.

[...]

Artigo 8º - A atribuição das aulas das disciplinas profissionalizantes do curso Normal em período integral do Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério - CEFAM, far-se-á, no processo inicial, em nível de Diretoria de Ensino, **apenas para as classes que se encontram em continuidade de estudos**, [...]

[...]

Artigo 9º - A atribuição das aulas de Estágio Supervisionado das 3ª e 4ª séries do curso Normal, em período parcial ou integral, **que se encontram em continuidade de estudos**, far-se-á ao docente a quem também tenham sido atribuídas aulas das disciplinas de Didática e/ou de Metodologia do Ensino Fundamental. [...]³ (Grifos nossos)

Podemos notar que, além de turmas novas não serem mais formadas, a própria legislação menciona o Curso Normal (em período parcial), apenas no nono artigo que trata da atribuição de aulas de estágio para o Curso Normal, seja parcial ou integral. Isso indicaria, ao tratar de cursos distintos sem maiores especificações, um reflexo de uma das suposições iniciais deste trabalho, ou seja, a perda de identidade do curso Normal. O que o caracterizaria? Como ele era visto: uma habilitação, um curso profissional?

Podemos considerar que a Resolução SE 135, conforme os trechos dos artigos descritos acima, indicou que não poderiam ser formadas novas turmas. Isso na escola significou a não formação de turmas de terceiro ano do curso na modalidade Normal. Assim em 2004, a escola em estudo possuía apenas as turmas que passaram para o quarto ano, já que não foram criadas salas de terceiro ano. Na rede estadual de ensino de São Paulo, era possível localizar salas de quarto ano, principalmente do curso normal de período integral (CEFAM), até 2005, pois quem estava no primeiro ano em 2002, alcançou sua formatura naquele ano.

Acreditamos que a descontinuidade e fragmentação das orientações dadas ao Curso Normal, no nível de Ensino Médio, teriam ocasionado o seu declínio, o que influenciou no

³ Resolução SE 135/2004. Publicada no site Diretoria de Ensino de Osasco em 2003, no endereço eletrônico <http://www.de.osasco.com.br/>

trabalho desenvolvido na escola, objeto de estudo desta dissertação. Analisaremos esse processo de fechamento do curso, de maneira mais detida, no terceiro capítulo da dissertação que se voltará a aspectos legislativos e debates sobre a formação de professores em nível médio de ensino.

Ao longo de quarenta anos, o curso de formação de professores da Escola Normal sofreu muitas alterações, a mais evidente e talvez considerada menos importante foi mudança de nomenclatura utilizada para nomeá-lo: na década de 1960 era Curso de Formação de Professores Primários, a partir da década de 1970 passou a ser Habilitação Específica de 2º grau para o Magistério de 1º Grau (HEM), apelidado simplesmente de “Magistério”, na década de 1990 foi, novamente, renomeado de Ensino Médio: modalidade Normal, ou seja, “curso normal”.

Podemos considerar, no entanto, que apesar deste curso receber várias renomeações, na escola em estudo, podemos percebê-lo como contínuo, estabelecendo a segunda questão dessa pesquisa, pois apesar das reformulações sofridas, o grupo de professores permaneceu de certa maneira estável, garantindo a continuidade de suas diretrizes.

Outra questão que emergiu do silêncio encontrado nas fontes diz respeito a razão da implantação da Escola Normal na escola em estudo. Teria sido motivada pela expansão do ensino secundário da década de 1960? Análises preliminares indicam que a implantação do curso de formação de professores foi resultado do plano de expansão de ensino secundário do estado de São Paulo, na década de 1960. Segundo o depoimento colhido do ex-diretor da escola à época⁴, essa escola atendia a região oeste da Grande São Paulo, recebendo alunos de Itapevi, Santana do Parnaíba, Jandira, Cotia, Taboão da Serra, São Roque entre outros.

Por outro lado, temos a questão da emancipação do município de Osasco. Como a emancipação ocorreu apenas em 1962, podemos considerar que as necessidades educacionais, até então, eram supridas pelo município da Capital, sobretudo o ensino secundário. Porém isso era feito de forma precária, colaborando para essa situação a deficiência dos transportes (antes da emancipação só havia uma linha de ônibus que ligava o distrito de Osasco à capital, além da ligação ferroviária – antiga linha da Sorocabana).

Essas condições deficientes de educação, transporte, saúde, saneamento básico, entre outros, justificavam a luta pela emancipação que ganhou adeptos ao longo dos anos, ou seja,

⁴ Informação pessoal, obtida por meio de depoimento oral (entrevista com um ex-diretor da escola realizada em novembro de 2009), gravada em aparelho de gravação digital, transformada em relato e encontrada no Apêndice A “Relato D” (arquivo pessoal).

era apregoado que a criação de um governo local resolveria essas dificuldades. Consequentemente, essa luta pode ter gerado um movimento das autoridades em oposição à emancipação, por exemplo, às vésperas do plebiscito final (1958) instalou-se um outro curso ginásial (hoje denominado ciclo II do Ensino Fundamental) no distrito: o Ginásio Estadual de Presidente Altino (GEPA). Este passou a funcionar em período noturno, no espaço de um Grupo Escolar do bairro de Presidente Altino (predominantemente operário). Em seguida, foi promovida a construção de uma sede própria para a primeira escola pública secundária do distrito, construção inaugurada em 1963

É importante lembrar que a desapropriação do terreno para a construção do prédio mencionado ocorreu em 1960, pelo governo estadual de Carvalho Pinto. Assim, podemos agregar como uma possibilidade o fato da luta pela emancipação ter provocado, como uma de suas conseqüências, a expansão educacional na região, principalmente, o ensino secundário.

Após a emancipação, podemos observar uma pressão maior da população sobre a nova prefeitura na construção de ginásios escolares. Através da observação de artigos de jornais, é perceptível que a grande expansão educacional do ensino secundário no município ocorreu durante as gestões dos primeiros prefeitos que firmaram convênios com o Fundo Estadual de Construções Escolares, mas aqui começaria uma outra história.

De fato, decorrente da expansão dos grupos escolares na cidade ocorreu o crescimento da demanda de professores, que por sua vez expandiu os cursos de formação de professores primários. Já na década de 1970, todos os municípios da região oeste da Grande São Paulo tinham seus cursos de formação de professores, então chamados de Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério de Primeiro Grau (HEM) que formavam professores para atuarem em pré-escolas e no ensino de primeira à quarta séries. Na década de 1980, o município de Osasco chegou a ter quatro escolas estaduais que ofereciam este curso, sendo uma noturna, além de muitas escolas particulares.

Isso incorre em outra questão, pois se a expansão do ensino, em geral, nas décadas de 1960 e 1970 garante, consequentemente, a expansão do curso de formação de professores em nível médio, não explica, no entanto, a grande procura pelo CENEART e seus cursos. Neste caso, será preciso conhecer as peculiaridades dessa escola: o que fazia com que os olhos da população brilhassem por ela? Para tanto, será preciso mergulhar nas dimensões dos valores emanados por esta instituição de ensino, sobretudo na década de 1960, que parece ter sido a época de maior efervescência cultural e política na escola.

Decorrendo dessa hipótese, podemos perceber que a escola pública é administrada conforme o que é determinado pela legislação. Esta é composta de leis, decretos, resoluções, pareceres, portarias e atos emitidos pelos órgãos competentes. Esse conjunto de normas espelha uma política educacional. No âmbito estadual, temos as leis aprovadas pela Assembleia Legislativa e sancionadas pelo governador (que não podem ferir o que está determinado nas leis federais), além disso, temos a Secretaria de Estado de Educação que, por meio de seus órgãos, regulamenta, disciplina e autoriza o funcionamento de uma escola. Por exemplo: nenhum professor pode ser admitido sem uma portaria de admissão, que por sua vez, não pode ser emitida em qualquer período do ano e deve ser publicada em Diário Oficial (D.O.), sem a qual, um professor não pode entrar em exercício; a escola deve elaborar o seu calendário escolar junto aos seus pares (grupo gestor, conselho de escola etc.), no entanto, ele deve ser aprovado pelo supervisor de ensino e pela Diretoria de Ensino (órgão regional da Secretaria de Educação).

Se tomarmos apenas os atos legislativos não teremos como alcançar o que é específico da escola em estudo, pois, mesmo com um raio de ação bastante limitado por esses atos normativos, as escolas conseguem imprimir um cotidiano singular pelas próprias especificidades do processo de ensino. É neste sentido, que aparece a necessidade de buscar o cotidiano escolar. Como não foram encontrados diários escolares ou didáticos e nem uma produção escrita sobre os eventos patrocinados pela escola (não só os públicos, mas os internos, como por exemplo a troca de aulas entre professores para proporcionar aos alunos uma sessão de cinema, de um filme considerado importante para o currículo escolar), a captação de frações desse cotidiano será realizada pela observação das atas de reuniões escolares, a publicação de notícias sobre a escola em um periódico local e os depoimentos colhidos de pessoas que vivenciaram a escola em diferentes períodos.

Isso ultrapassa os limites do curso de formação de professores, impondo-se uma sexta suposição: a relação entre esse e o curso secundário, pois ambos estão contidos em uma escola secundária que se movimenta. Assim, mantendo o curso de formação de professores como eixo, foi necessário prestar atenção na escola como um todo. Nisso consistiu também, esta dissertação de mestrado: compreender a importância do curso que começou na década de 1960, observando as suas relações com a instituição como um todo, extrapolando seus muros e alcançando a sociedade.

1.1 Leituras sobre o Curso de Formação de Professores e a perspectiva de análise

Preocupando-me, durante a elaboração do projeto de mestrado, com a contribuição de um trabalho de pesquisa voltado para uma escola específica, busquei referenciais teóricos em estudos voltados para a formação de professores, enfocando os cursos de nível médio.

Entre os vários trabalhos encontrados sobre essa modalidade de ensino, selecionei alguns que se destacaram pelo pioneirismo e outros que traziam uma análise diferenciada, pois foi realizada a partir de fontes incomuns como a arquitetura escolar e o álbum de fotografias.

Neste sentido, destaco como exemplos de trabalhos pioneiros, desenvolvidos sobre a escola normal, a tese de doutorado de Bauab (1972), que descreve detalhadamente a condição da educação na província de São Paulo no século XIX, relacionando os dados educacionais com o desenvolvimento da vida paulista, associando a história da província com a criação do curso normal e descrevendo os percalços que este percorreu durante o período. A tese de doutorado de Tanuri (1973) descreve a grade curricular da mesma escola relacionando-a com eventos ocorridos no período da Primeira República, observando a política educacional adotada à época.

Outro trabalho de destaque quanto a novas metodologia e fontes utilizadas, foi a pesquisa realizada por Marcia Hilsdorf Dias intitulada “Professores da Escola Normal (1846-1890): a história não escrita”, desenvolvida no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e apresentada como dissertação de mestrado em 2002. O objetivo desse trabalho foi oferecer ao campo da história da educação brasileira “[...] uma obra em que a Escola Normal de São Paulo do Império fosse apresentada sob o ponto de vista da trajetória de vida de seus professores [...]” (DIAS, 2002: 2). Esta pesquisa está situada no período imperial e reconstrói as biografias dos professores da Escola Normal de São Paulo a partir da compilação de dados de diversas fontes dispersas em acervos encontrados na cidade de São Paulo, como jornais e almanaques. O objetivo desse trabalho foi proporcionar uma leitura diferenciada daquela tradicionalmente encontrada sobre a Escola Normal no período imperial.

Continuando a busca de pesquisadores que se voltaram à construção de novas fontes de pesquisa, encontrei a tese de doutorado de Marins Oliveira (2002), que parte do estudo de

dois álbuns de fotografias produzidos pela Escola Normal Caetano de Campos, de São Paulo, para descrever como é possível identificar os ideais republicanos de educação presentes no tipo e na maneira como a escola, seus elementos e sujeitos, foram fotografados. Estas fotografias além de servirem de propaganda da escola também se prestavam como máscaras que colocavam o ideal de desenvolvimento republicano como realidade alcançada com a construção e funcionamento da Escola Normal na Praça da República.

Seguindo por este caminho me deparei com outra dissertação de mestrado de autoria de Palma (2004), que pesquisou sobre a arquitetura utilizada na construção da Escola Normal do Braz. Esta obra analisa o espaço escolar evidenciando as prescrições pedagógicas, urbanistas e médico-higienistas presentes na construção da escola, relacionando-as com o movimento internacional de reestruturação urbana da época pelo qual passaram as cidades, e do qual São Paulo também fez parte, a partir do nascimento das ciências do urbanismo e do sanitarismo no século XIX. Conforme esta autora, a educação se apresentava na Primeira República como o lugar de solução dos problemas nacionais: “Educar o povo era um dever e um interesse de governo. [...] A escola e seu espaço próprio, nessa cidade [...] foi o marco, o símbolo de modernidade, durante a inauguração da nova ordem política.” (PALMA, 2004. : 11).

Apesar desse estudo tratar dos ideais presentes na Primeira República, muitos aspectos dessa maneira de discursar pela educação se mantiveram e se renovaram ao longo dos anos até, pelo menos, a década de 1960. Isto pode ser notado na análise das atas de reuniões da escola e no discurso presente em notícias de jornal sobre a escola, objeto de estudo da minha pesquisa.

Assim temos em uma reunião bastante conflituosa, realizada em maio de 1965, considerações colocadas por um professor contratado⁵ sobre a qualidade de um professor: “todo professor, além de técnico, tem de ter o carinho do pai, a dedicação de um sacerdote, o senso de justiça do magistrado e a capacidade de conduzir do líder.”⁶ Em setembro do mesmo ano, em outra reunião convocada para que se tomasse ciência das alterações introduzidas no Regimento Interno dos Estabelecimentos Oficiais de Ensino Secundário e Normal pelo

⁵ Havia uma diferenciação entre os professores da escola: existiam os professores efetivos, membros da Congregação da escola e os professores contratados, que elegiam um membro (que os representariam) para fazer parte deste órgão.

⁶ Trecho retirado da ata de reuniões de professores de 1 de junho de 1965, encontrado no Livro de Atas de Reuniões Pedagógicas do CENEART (Arquivo Morto da Escola).

Decreto 45.159, de 19 de agosto de 1965, foram realçados os objetivos educacionais, pelos quais

[...] a escola, além das atividades técnicas e pedagógicas destinadas a transmitir a matéria dos programas, ela há de ser instrumento de preservação e expansão do patrimônio cultural, meio de fortalecimento da unidade nacional, fonte de patriotismo e das virtudes morais e cívicas. Para tanto recorrerá a escola aos métodos e processos da técnica pedagógica moderna, patrocinando cursos conferências; exibindo filmes educativos, científicos e históricos, incentivando certames e exposições de arte e ciência, audições de música folclórica e clássica, organização de museus e bibliotecas circulantes.

Vemos que desde a primeira República, a escola era, em discurso, considerada o lugar da resolução dos problemas nacionais, seria responsável pela expansão e preservação do patrimônio cultural e ofereceria condições para o fortalecimento da unidade nacional. Temos portanto aqui, o sétimo ponto questionado, ou seja, é possível que resquícios do discurso educacional da Primeira República tenham alcançado a escola na década de 1960.

Assim é possível perceber elementos que transcendem o aspecto específico dessa escola e alcançam o espaço de valores que eram disseminados na sociedade. Contraditoriamente, essa escola, que era considerada na memória de muitas pessoas ligadas a sua história como um espaço de resistência às mudanças educacionais sejam curriculares ou administrativas, teve em sua gênese (período genitor de sua identidade) uma condução bastante condizente com aquilo que era proclamado nas legislações do período, porém pintando-a com cores bastante peculiares. Revela-se, pois como desafio desse trabalho descortinar essas cores.

Esta breve descrição realizada de alguns trabalhos em história da educação que se voltaram à experiências escolares específicas, permitiram que eu me lançasse a esse estudo que desenvolvo para o mestrado.

Também na área pedagógica existe uma grande produção acadêmica, sobre o Curso Normal de diversas partes do país, como por exemplo, os trabalhos de Góis (1990), Mastrobuono (2004), Porto (1992), Santamaría (2001), entre outros. Grande parte dos trabalhos são desenvolvidos a partir de realidades específicas como a escola normal confessional, experiências de formação de professores para as séries iniciais em vários estados brasileiros, e, análise de especificidades do currículo como o desenvolvimento de disciplinas como psicologia, biologia, as metodologias, a questão do estágio supervisionado entre outros.

Muitos trabalhos partem de uma perspectiva externa à escola que investigam, ou seja, dada uma hipótese, como por exemplo: um problema no desenvolvimento de uma disciplina específica, busca-se a escola para pesquisar como tal disciplina foi desenvolvida na realidade. Ou dada uma problemática como questão do estágio supervisionado, busca-se a pesquisa de campo em escolas de formação de professores para o estudo da questão, como o trabalho de Stela Conceição Bertholo Piconez, intitulado “A Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério: expectativas e necessidades de sua clientela”, dissertação de mestrado apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e, o trabalho de Jane Soares de Almeida, “Formação de Professores do 1º Grau: a prática de ensino em questão”, dissertação de mestrado apresentado ao Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade de São Carlos; o livro de Gonçalves e Pimenta (1990) intitulado “Revendo o ensino de 2º Grau: propondo a formação de professores”

Nestas perspectivas, também encontra-se a tese de Doutorado de Luciana Maria Viviani intitulada “Formação de Professores e Escola Normal: a biologia necessária”, defendida em 2003 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Esse trabalho estuda o currículo das escolas normais e a disciplina de Biologia Educacional presente desde 1933 a 1970. A pesquisadora partiu da posição de que a escola tem uma atuação criativa na constituição dos conteúdos trabalhados em uma disciplina e buscou-se estudar as produções elaboradas na disciplina de Biologia Educacional a partir de duas vertentes:

“[...]as finalidades didáticas, os objetivos sociais e culturais da escola normal para a formação do professor, que evidenciaram determinadas necessidades, reais ou ideais, para as futuras práticas sociais deste profissional, e se relacionaram com a atuação de diferentes grupos de interesses sociais, políticos e de atuação profissional da época; o conhecimento científico disponível à época, tanto em nosso país como em níveis internacionais, ou seja, o processo por meio do qual este conhecimento foi transformado e utilizado para servir à formação de professores, naquele dado momento histórico e social”. (VIVIANI, 2003: 9)

O trabalho de mestrado de Lucilene Schunck Costa Pisaneschi, “O Instituto Superior de Educação no contexto de produção dos ambientes de formação dos professores das séries iniciais: uma abordagem histórica”, apresentada em 2008, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, parte das inquietações da autora como professora de história, da educação básica, e suas dificuldades em lidar com o processo de ensino e aprendizagem,

levando-a a conclusão de que os cursos de licenciatura atuais, efetivamente, não eram suficientes na preparação dos futuros professores. Nesse sentido, a autora defende a criação de um “lócus” para a formação de docentes que poderia ser alcançado com a criação dos Institutos Superiores de Educação, mas em decorrência de uma série de aspectos essa possibilidade não pôde ser concretizada. Para levantar esses aspectos, a pesquisadora recua no tempo desde a criação da primeira Escola Normal, investiga todo o percurso traçado por esta instituição alcançando os anos de 1970, quando o curso de formação de professores foi transformado em Habilitação Específica para o Magistério, observando nos anos de 1990 o desenvolvimento do CEFAM e os cursos superiores de formação de professores até a promulgação da LDBEN de 1996 que cria os Institutos Superiores de Educação. A amplitude desse trabalho colaborou com minha pesquisa, trazendo um quadro geral do desenvolvimento do curso de formação de professores, no Brasil, desde seus primórdios até a criação dos Institutos Superiores de Educação pela última LDB.

Dentre inúmeros trabalhos e artigos publicados em revistas, há, ainda, outro trabalho de destaque por focalizar a problemática de como evoluiu a Escola Normal nas décadas de 1970 e 1980. Trata-se da dissertação de mestrado de Arlêta Nóbrega Zelante Maryssael de Campos intitulada “A escola normal paulista: acertos e desacertos, apresentada em 1987 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Neste trabalho, a autora buscou detectar os motivos das críticas atribuídas à Escola Normal como ineficiente para a formação de professores. Percorre o histórico da Escola Normal através das determinações legais desde sua criação até a década de 80 do século XX, dividindo seu texto em torno de quatro eixos conforme o contexto do período: a escola normal desde sua criação até 1957; a década de 57 a 67; a reforma do ensino paulista de 1968 e a reforma federal de 1971.

Temos também, os trabalhos que tratam do CEFAM, como por exemplo a obra de Margarida Jardim Cavalcante, intitulada “CEFAM: uma alternativa pedagógica para a formação do professor”, publicada pela editora Cortez em 1994; a dissertação de mestrado apresentada por Mônica Markunas para a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, em 2004, intitulada “A gestão escolar democrática no CEFAM Butantã: um estudo de caso”; e, a tese de doutorado defendida por Marisa Aparecida Pereira Santos, intitulada “CEFAM: que tipo de prática pedagógica produziu”, apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 2004. Esses trabalhos oferecem estudos interessantes sobre como vinha se desenvolvendo o curso ofertado pelo CEFAM, no entanto,

como já foi dito, não será objetivo de minha pesquisa esmiuçar o trabalho realizado por este projeto de formação de professores.

Os inúmeros estudos lidos sobre a formação de professores, em especial, para as primeiras séries do ensino fundamental, ou seja, aqueles que se dedicam a Escola Normal e a HEM (formação de professores em nível médio), partiram de uma perspectiva externa ao curso. Observam a penetração de ideais político-filosóficos nos currículos, partem de uma dificuldade curricular ou prática para a investigação do curso, buscando as raízes e as razões desta, porém sob a ótica do sistema, abordando o curso de maneira generalizada.

A perspectiva de minha pesquisa é interna, ou seja, sem desconsiderar as influências do ponto de vista do sistema de ensino, busco analisar o curso de formação de professores de dentro do próprio curso. Portanto, apesar da existência de críticas externas à insuficiência dessa modalidade de ensino, haverá nesta pesquisa a tentativa de explicitar experiências significativas desenvolvidas na escola que a tornou especial para os ex-alunos, compondo aspectos positivos que poderão colaborar para a construção de uma visão diferenciada do curso e conseqüentemente, uma compreensão mais ampla de seu papel na história da educação brasileira.

Este trabalho foi inspirado no espírito do estudo de caso, a partir da perspectiva da pesquisa qualitativa. Esta abordagem envolve, segundo Lüdke (1986), a obtenção de dados descritivos obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, ou seja, no ambiente em que eles ocorrem, focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada. Haverá, portanto, a tentativa de entender uma experiência ocorrida no passado, mas da qual eu mesma participei. Esta abordagem proporciona uma perspectiva diferenciada à dissertação, que não trata de uma observação em tempo real do objeto, mas de uma reconstrução, a partir de documentos escritos e da memória dos atores, que viveram essa experiência entre os quais estou incluída.

Meu trabalho, portanto, trata dos quarenta anos de funcionamento do curso de formação de professores (1964-2004), em nível médio, de uma escola pública estadual de Osasco/SP. Este estudo é possível porque as preocupações da historiografia com o advento da Nova História favorecem os estudos que abordam o cotidiano, trazendo nova luz à história no desenvolvimento de temas e metodologias que redefinem e ampliam noções históricas tradicionais. Essas mudanças estão localizadas na série de transformações pelas quais a

história vem passando, emergidas da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história que ainda requerem uma revisão dos instrumentos de pesquisa.

Assim, a expressão “A Nova História”, segundo Peter Burke (1992:10), é a história escrita como reação ao paradigma tradicional associado a “história rankeana”. Burke a descreve como aquela difundida a partir dos trabalhos de Leopold von Ranke (1795-1886), que defendia a escrita da história baseada em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos e considerava a história como uma ação objetiva realizada por profissionais com a função de descrever os fatos como eles realmente aconteceram. Hoje, é considerada pelos novos historiadores como uma dentre outras abordagens de se fazer história.

A nova história se interessa por toda a atividade humana, ou seja, tudo que possa ser considerado como uma construção cultural está sujeito a variações tanto no tempo como no espaço, e pode se tornar objeto de uma pesquisa histórica. Conforme BURKE (1992:11), a “base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída”, apresentando um relativismo que corrompe a diferenciação entre o que é central e periférico na história.

A história rankeana, ou melhor, o paradigma tradicional está associado a uma história que pensa sobre a política associada ao Estado. Mesmo existindo uma história voltada a outros campos, como a história da arte ou a história da ciência (por exemplo), essa era marginalizada e tida como periférica pelos historiadores tradicionais. Além disso, a história tradicional se concentra na narrativa dos acontecimentos exaltando eventos criados por grandes homens. Interessa-lhe uma análise em busca de uma estrutura que explique o porquê de um dado fenômeno, de forma objetiva.

Com a nova história cultural, foi necessário considerar uma noção ampla de cultura. O estado, os grupos sociais, a sociedade são considerados como culturalmente construídos. Conseqüentemente, temos que, a partir do desenvolvimento das concepções sobre a nova história, encontramos também o desenvolvimento da nova história cultural, que redefinindo e ampliando o conceito de cultura, abrangeu uma variedade mais ampla de atividades que buscam o estudo da cultura material, não apenas o escrito, mas o oral e o simbólico. A vida cotidiana e suas convenções passaram a ser consideradas objeto de estudo pelos historiadores culturais.

Conforme Vidal (2006:156) nos explica,

Como oposição à interpretação estruturalista, os estudos culturais foram impulsionados pelo reconhecimento da porção inconsciente e resistente da ação humana e colocaram sob suspeitas as grades conceituais que aprisionavam os sujeitos nas determinações de classe.

Com os estudos culturais recusou-se a interpretação estruturalista da história e, conseqüentemente, as divisões sociais tomadas à priori. A cultura intelectual e material foi pensada entrando em conexão, possibilitando a revisão da divisão entre a produção e o consumo, considerada na tradição marxista pelo signo da alienação. Segundo Vidal (2006: 156), a perspectiva antropológica permitiu colocar a ação dos sujeitos no centro da problemática de investigação, foi possível “reexaminar costumes, regras visíveis e invisíveis de regulação social, formas simbólicas de dominação e resistência, leis e instituições, ideologias, entre outros...”.

A abordagem histórica tornou-se interdisciplinar uma vez que necessitou da colaboração das diversas ciências, como as ciências sociais, a antropológica, a econômica, a psicológica, a linguagem, a política e etc. Nesta abordagem a visão de pessoas comuns sobre os acontecimentos e seu próprio passado tornam-se importantes, pois conforme encontramos em Simmel (apud RAMINELLI, 1999: 194), é nos detalhes da vida cotidiana que o real se descortina revelando inúmeros aspectos das complexas relações sociais.

Portanto, conforme Le Goff (2003: 23) afirma:

A ciência histórica conheceu, desde há meio século, um avanço prodigioso: renovação, enriquecimento das técnicas e dos métodos, dos horizontes e dos domínios.

Da mesma forma, a história da educação, segundo Faria Filho (2002), no final do século XX e início do XXI, conseguiu uma expressiva renovação em seus estudos, sobretudo no Brasil, produzindo novos objetos, elegendo variadas fontes, dialogando com diferentes perspectivas históricas. Os historiadores da educação, a partir de elementos colocados pelas práticas cotidianas dos sujeitos na escola, têm permitido uma visão enriquecida e complexa do fazer-se histórico da escola enquanto instituição social. Além disso, buscou-se um pertencimento aos cânones e rigores teórico-metodológicos produzidos pela historiografia, dialogando com sua produção e com a prática da pesquisa histórica.

Será na esteira dessa última fase da história da educação que desenvolvo este trabalho, a começar pelas fontes elencadas (atas de reuniões escolares, notícias de jornais e

depoimentos de ex-alunos e ex-professores), que se constituem de forma diferenciada diante daquilo que era possível no paradigma da história tradicional. Busca-se entender as razões legais que determinaram a abertura e o fechamento do curso de formação de professores, mas, além disso, alcançar as próprias ações dos sujeitos visando compreender as relações que foram estabelecidas, historicamente, pela escola com sua comunidade e vice-versa.

Como um dos pilares deste trabalho de mestrado é situar a escola no município em que ela foi implantada, foi preciso buscar as informações sobre o desenvolvimento desse município. Nesta procura, deparei-me com uma série de produções que passo a listar.

1.2 Referenciais teóricos sobre a cidade e a escola

Busca-se, nesta pesquisa, conforme a sexta questão acima destacada, relacionar os aspectos levantados na escola com aspectos relacionados com a cidade. Nesse percurso procuro contextualizar a cidade e seus percalços (conquista da emancipação) e a atuação da escola relacionando com a política educacional desenvolvida.

Para tanto, investiguei a produção historiográfica sobre a cidade partindo de inúmeros trabalhos publicados sobre a história da cidade e biografias de alguns personagens que marcaram passagem nessa região. Além disso, surgiram várias dissertações e teses que discutem vários aspectos que envolveram a cidade, dentre eles a questão operária e a grande greve da Cobrasma, em 1968, em Osasco (neste aspecto, em especial, os estudiosos tentam distinguir características específicas do movimento desenvolvido em Osasco e os movimentos sindicais de outras regiões de São Paulo) e a questão do desenvolvimento educacional.

Sobre a cidade encontrei uma produção inicial, irregular, composta de uma série de textos mimeografados sem autoria ou datação, disponíveis na biblioteca municipal da cidade. Esse material serviu por muito tempo como material de pesquisa para estudantes que pesquisavam sobre a história de Osasco. Paralelamente a esse material fragmentado foi encontrada uma produção realizada por pesquisadores locais e patrocinadas pelo governo municipal.

Essas obras buscam sistematizar e fundamentar informações fragmentadas colhidas em diversas fontes, destacando-se o uso de depoimentos orais, justificado pela fragmentação de documentos escritos (aqueles encontrados na biblioteca):

Queremos deixar registrado que esperávamos encontrar um trabalho melhor elaborado sobre a história de Osasco junto aos Órgãos Oficiais (DPU, Museu, Biblioteca e Secretaria da Cultura de Osasco). No entanto, os documentos que encontramos sobre Antonio Agu, os primeiros habitantes e situação geográfica da região não foram muito esclarecedores, alguns até contraditórios. Obtivemos um maior esclarecimento através das entrevistas realizadas com antigos habitantes do local. Embora saibamos como a memória dessas pessoas possa ter falhado, há fatos que todas elas descreveram do mesmo modo e, sendo assim, podemos concluir que tais fatos foram reais. (OLIVEIRA; NEGRELLI,1992:10)

Ainda que de maneira incipiente, buscava-se romper com as correntes da história tradicional, buscando-se novas fontes como os depoimentos orais, construindo a imagem dos acontecimentos dentro da perspectiva cotidiana de quem viveu a história, ou seja, mostrando que a história é construída por diferentes sujeitos que influem e constituem a realidade cultural e social em determinado espaço e tempo.

A citação acima se refere ao trabalho pioneiro de Neyde Collino de Oliveira e Ana Lúcia M. R. Negrelli, intitulado “Osasco e sua história”. Nesse há a descrição dos limites geográficos do município de Osasco, e devido à falta de informações precisas, descreve-se brevemente como a região teria sido ocupada a partir do século XVII com a atuação dos bandeirantes, sobretudo Antonio Raposo Tavares que teria estabelecido um aldeamento na região. Em seguida, já no século XIX, com o desenvolvimento da agricultura cafeeira no oeste paulista e a conseqüente construção da estrada de ferro, o trabalho volta-se para a biografia de Antonio Agu, um imigrante italiano considerado fundador da cidade. Esse é o ponto de referência utilizado para a construção da identidade da cidade osasquense. Em seguida, com informações mais detalhadas, o trabalho dessas duas pesquisadoras passa para a descrição dos primeiros habitantes, primeiras construções urbanas, primeiros bairros, primeira igreja, primeiro cemitério, primeiras escolas, primeiro médico, primeiro farmacêutico, primeiro hospital, evolução industrial, evolução comercial e autonomia de Osasco.

Seguindo a mesma linha, mas com uma abordagem que pretende se voltar mais ao cotidiano, temos o trabalho de um grupo de pesquisa coordenado por Maria Inês Zampolim Coelho, intitulado “Osasco: história e Identidade”. Esse trabalho foi publicado pela Fundação

Instituto Tecnológico de Osasco⁷ e patrocinado pelo governo municipal. Na introdução encontramos o caminho que os pesquisadores escolheram percorrer:

O mais fácil seria ficar com os registros oficiais que, apesar de esparsos estavam mais bem organizados e eram mais numerosos. Porém, eles não dariam conta daquilo que se desejava descobrir: como seria a identidade do osasquense. [...] ...foi necessário partir em busca de novas fontes. Começávamos a descobrir que cada um dos moradores do local possuía um pedaço da história guardado com carinho, como se guardam as lembranças de família ou uma parte de sua própria vida. Registros fotográficos, histórias, objetos[...] tudo foi sendo revelado à medida que buscávamos escrever sobre a história da cidade. O cotidiano foi brotando das entrevistas, das leituras de documentos, da observação das fotos de diversas épocas. (Zampolim. 2004: 13)

Ainda sobre a cidade há uma produção de ex-prefeitos, como Hirant Sanazar e Guaçu Piteri, e, a biografia de pessoas que se destacaram em sua atuação como Pedro Fioretti, considerado o primeiro farmacêutico da região, embora, como sua biografia retrata, não o seja.

Hirant Sanazar foi primeiro prefeito do município de Osasco e teve um mandato tumultuado por causa da interferência do regime militar, de 19/02/1962 a junho de 1964 e de fevereiro a junho de 1965. Seu livro é intitulado “Osasco: sua história, sua gente”, tem por objetivo registrar a história de Osasco “[...] antes que ela se deforme na interpretação apenas oral das gerações, eis um dever inadiável de quem figura como parte integrante de um seu relevante período.” (SANAZAR, s/d: 7). Seu objetivo é registrar uma versão de história oficial.

Em síntese, essa obra descreve os mesmos fatos das obras anteriormente citadas, mas possui um discurso muito rico de adjetivações tonalizando o texto como uma espécie de elogio aos eventos ocorridos na região, transformando-os em monumentos⁸, como podemos perceber no trecho a seguir:

⁷ A FITO (Fundação Instituto Tecnológico de Osasco) criada em 1968, é uma fundação pública municipal, que tem o objetivo de criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino, de pesquisa e de estudos em todos os níveis e ramos do saber, objetivando também, a divulgação científica, técnica e cultural. (Revista da FITO – nº1 – Osasco: setembro/outubro de 1998:01).

⁸ Segundo Paul Zumbthor (apud LE GOFF 2003: 534) o que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder. Os monumentos linguísticos respondem a uma intenção de edificação, “no duplo significado de elevação moral e de construção de um edifício”. Conforme Le Goff nos alerta, o documento “é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do

O vestígio também marcante data de 1630, quando o intrépido bandeirante Antonio Raposo Tavares fez de seu sítio de Quitaúna a primeira escala de viagem, levantando às margens do lendário Anhembi, hoje rio Tietê, uma rústica capela em louvor à Nossa Senhora da Conceição, exatamente onde se edifica grandioso o santuário interno do 4º BIB, do exército, desde 1922, no governo do então presidente da República Epitácio Pessoa. A várzea do terreno foi aterrada por Juvenal Anthero de Camargo. (SANAZAR. s/d: 10)

A obra de Guaçu Piteri, que foi prefeito da cidade de Osasco em dois mandatos: o primeiro de 01/02/1967 a 31/01/1970 e o outro de 01/02/1977 a 15/06/1982, deputado estadual e federal, líder da bancada parlamentar, fundador e dirigente do MDB, é intitulada “Sonhar é Preciso: comunidade e política nos tempos da ditadura”, publicada pela EDIFIEO em 2008. Essa obra traça o percurso político de Guaçu Piteri com tons de sua vida privada, desde sua infância. O autor não pretende escrever uma autobiografia, mas antes uma narrativa memorialística⁹, com o objetivo de “trazer luzes para a compreensão do processo de mudança cultural e política que ocorreu nos últimos anos, tendo como pano de fundo a comunidade de Osasco e a escalada da ditadura militar. (PITERI, 2008:20)

A obra de Amaury Borges Pavão, intitulada “FIORETTI: o farmacêutico e coisas de seu tempo”, publicada pela EDIFIEO em 2005, trata da biografia de Pedro Fioretti, um imigrante italiano que se instalou em Osasco, no início do século XX, se destacando como farmacêutico e mais tarde como Juiz de Paz. Essa obra traz uma importante contribuição sobre uma representação do cotidiano do distrito de Osasco.

Em outro sentido, há a produção acadêmica voltada para a investigação sobre os movimentos operários, que acabam trazendo contribuições importantes para o entendimento sobre diversos aspectos da sociedade local, uma vez que analisam as questões operárias que se desenvolveram na região de Osasco. Dentre elas, encontramos o trabalho pioneiro de Helena Pignatari Werner¹⁰, “Raízes do Movimento Operário em Osasco”, publicado em 1981 pela Editora Cortez, resultado de sua pesquisa de mestrado sobre o movimento dos vidreiros da Santa Marina em 1909. Este trabalho trata da criação da primeira cooperativa de vidreiros em

documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente”. (LE GOFF, 2003: 536)

⁹ A narrativa memorialística é um gênero textual predominantemente narrativo, circunstanciado e analítico narrado em primeira pessoa sendo o autor, narrador e personagem concomitantemente. Seu tema gira em torno de experiências vividas e a prática profissional. Seu objetivo é transforma-se em um veículo para tornar público a práxis do autor valorizando-o na sociedade.

¹⁰ Helena Pignatari Werner foi uma das professoras pioneiras do CEART, responsável pelas cadeiras de história da década de 50 até início dos anos 80.

Osasco composta por operários grevistas demitidos da Santa Marina, além da preocupação com a história dos movimentos operários urbanos, no momento de vitalização da industrialização em São Paulo no início do século XX, a autora buscou acompanhar a história de Osasco e compreender a origem e a formação de sua sociedade.

Outro trabalho de destaque sobre o movimento operário de operários estudantes na cidade de Osasco foi publicado pelo sociólogo Orlando Pinto de Miranda, resultado de sua tese de doutorado: “Obscuros Heróis de Capricórnio - Contribuição à Memória Brasileira”, pela editora Global, em 1987. O autor focaliza várias pessoas comuns, descrevendo seu cotidiano em Osasco: a família, a escola, o trabalho; seus conflitos, suas alegrias, suas tristezas, oferecendo uma outra interpretação para a grande greve de 1968 na Cobrasma (empresa metalúrgica situada em Osasco), utilizando como fonte de pesquisa, depoimentos orais. Por tratar do cotidiano de pessoas que eram operárias e ao mesmo tempo estudantes dos cursos noturnos do Colégio e Escola Normal Estadual “Antonio Raposo Tavares” (objeto dessa pesquisa), esta obra traz contribuições importantes para a compreensão da imagem construída em torno dessa escola.

Temos a dissertação de mestrado de Cibele Saliba Rizek intitulada “Osasco: 1968. A experiência de um movimento”, apresentada no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1988, que tem como tema principal a greve de 1968, em Osasco (a mesma trabalhada pelo autor anterior). Preocupando-se, especificamente, com a condição operária e sindical recuperou as lutas dos trabalhadores desde a greve dos vidreiros da Santa Marina, em 1909. Apesar desse trabalho não tratar da questão educacional, essa pesquisa ajuda a construir imagens sobre o cotidiano da cidade em que está inserida a escola que busco pesquisar.

Seguindo esse mesmo caminho, temos também a dissertação de mestrado de Paulo Sérgio de Jesus, apresentada ao programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, intitulada “Osasco: JOC, ACO, PO no movimento operário (1960-1970)”, em 2007. Esse trabalho discute a influência da Juventude Operária Católica (JOC), da Associação Católica Operária (ACO) e da Pastoral Operária (PO) nas relações entre os movimentos operários ocorridos em Osasco na década de 1960, sobretudo, na participação da juventude católica na greve de 1968, já mencionada acima. Novamente, da mesma forma que a dissertação anterior, apesar desse trabalho não estar direcionado, especificamente, à história da cidade ou à educação escolar e sim, nas relações sociais

estabelecidas entre os sindicatos e o movimento operário católico, ela contribui com suas análises para a compreensão sobre os movimentos que ocorriam na cidade.

Essa série de trabalhos importantes sobre as relações operárias estabelecidas na cidade, conduz à formulação de uma oitava questão: haveria ligação entre o movimento operário e a criação do curso de formação de professores primários e, mais tarde, no seu fechamento? Sabemos que muitos alunos do ensino secundário noturno na década de 1960, eram estudantes operários. Com a implantação do ensino supletivo em outras escolas, esses alunos mais velhos e trabalhadores deixam de frequentar o CENEART (Colégio e Escola Normal Estadual “Antonio Raposo Tavares), conseqüentemente, temos, já na década de 1970, a presença na escola, apenas de filhos de operários. Depois da década de 1980, a atividade econômica da cidade deixa de ser essencialmente industrial e passa a desenvolver atividades comerciais e serviços; as indústrias mudam para outras cidades e aparecem grandes redes comerciais (lojas Bahia, Americanas, Pão de Açúcar, etc.), as redes de saúde, a rede bancária, etc.

Considerando Osasco, na década de 1960, tem-se a convergência de três forças nas manifestações sociais (seja para a emancipação ou as greves): o grupo estudantil secundarista (que são trabalhadores e motivam a participação de outros estudantes nas causas), o grupo operário (organizado nas comissões de fábrica da década de 1960) e o grupo religioso (motivados pela participação da comunidade católica na resolução das dificuldades e o surgimento dos padres operários). No caso do movimento para a emancipação, aparece um quarto grupo composto de elementos da elite local (pequenos comerciantes e profissionais liberais).

Ainda abordando a história da cidade, mas com ênfase no sistema escolar e seu desenvolvimento no município, destaca-se como material de estudo de minha pesquisa, os trabalhos de Sonia Regina Martim, já citados. Sua dissertação de mestrado intitulada “A escola Primária em Osasco – 1900/1949”, traça um histórico da primeira escola oficial da região de Osasco, desde a chegada da primeira professora primária nomeada pelo governo do Estado (1900), até a construção de um prédio próprio para essa escola primária em 1949, denominada Grupo Escolar Marechal Bittencourt. A autora durante a descrição da trajetória escolar analisa o desenvolvimento que a região enfrentava como o aumento da industrialização e a deficiência dos serviços públicos que impulsionaram o movimento de emancipação da região do município de São Paulo.

Outro trabalho dessa autora: “A escola secundária e a cidade: Osasco anos 1950/1960” (Tese de Doutorado em Educação, história, política e sociedade apresentado ao Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), continua a trajetória traçada no trabalho anterior, agora com a instalação do curso secundário noturno no mesmo prédio em que funcionava o Grupo Escolar no período diurno, mantendo a ênfase para o movimento de emancipação e a participação de estudantes que mais tarde (1962) criaram a União Estudantil de Osasco (UEO).

Minha pesquisa aborda a mesma escola secundária, o Colégio Estadual Osasco, que em 1952 passa a ser nomeado Colégio Estadual Antônio Raposo Tavares (CEART). Em 1963 é instalado em prédio próprio permanecendo até hoje, e, no qual em 1964 é criada a Escola Normal, autorizada a funcionar em 13 de março de 1965 juntamente com a criação do curso primário anexo, alterando o nome da escola para Colégio e Escola Normal Estadual “Antonio Raposo Tavares” (CENEART), sigla pela qual é reconhecida no cotidiano da cidade até hoje, apesar da Lei 5692/71 ter alterado oficialmente o nome da escola para Escola Estadual de Segundo Grau.

Meu trabalho parte para a compreensão das características da escola para entender as relações da escola com a cidade e vice-versa. Será que a escola mantinha-se cercada por seus muros ou ganhava vida na cidade? Houve algum período de maior integração da escola com a sociedade local? Isso se manteve ou se perdeu ao longo dos anos? Ou seja, considero que o cotidiano da escola pode iluminar as razões de sua posição de destaque no município. Para tanto, tenho como fonte de pesquisa quatro conjuntos de documentos: notícias de jornal encontradas sobre a escola; atas de reuniões escolares; a legislação voltada para o curso de formação; e depoimentos de ex-alunos e professores.

1.3 – Fontes de Pesquisa

As notícias de jornais foram procuradas como fonte de pesquisa com o objetivo de buscar dados que esclarecessem a dinâmica da escola e sua relação com a comunidade osasquense, do ponto de vista do cotidiano quanto das relações sociais mais amplas.

Entre os periódicos locais, apenas um estava arquivado com uma certa regularidade na Biblioteca Municipal da cidade de Osasco. Trata-se de um jornal local intitulado “A Região”, que começou circular a partir de doze de setembro de 1965, abrangendo a região oeste da

capital envolvendo os municípios de: Osasco (principalmente), Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi, Cotia, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus e Cajamar.

Inicialmente, este jornal não possuía uma definição muito clara de suas seções, sendo que, durante o primeiro ano de circulação, algumas seções aparecem e desaparecem, outras são modificadas. A distribuição das colunas ocorre de forma confusa, muitas vezes, um artigo é iniciado em uma página e seu fim está em outra página sem indicação. Esses problemas são corrigidos ao longo das publicações.

No início das publicações, as reportagens eram voltadas para os problemas das regiões pelas quais circulava, com ênfase no município de Osasco. Aparecem algumas fotografias em preto e branco de eventos noticiados, de atrizes (principalmente) e atores de destaque na época. São comuns os concursos de beleza, com a escolha de rainhas e princesas em diversas associações. Aparecem anúncios do comércio e indústrias locais, bem como a rede de serviços que, principalmente, a cidade de Osasco, Carapicuíba e Barueri ofereciam. Raramente a publicidade vinha acompanhada de fotografia ou ilustração.

Com o passar dos anos a publicidade ganha um espaço maior com muitas ilustrações, aparece a sessão feminina com conselhos relacionados ao cuidado com as crianças, higiene pessoal e doméstica e, principalmente, a culinária. Abre-se espaço para publicações oficiais de bancos e da prefeitura de Osasco, amplia-se o setor de reportagens sobre o esporte e notícias internacionais.

Nos primeiros números publicados desse jornal percebemos o uso de um discurso comum na década de 1960: um texto rico em adjetivações que enalteciam o país e o empenho das autoridades em solucionar os problemas. O jornal buscava evidenciar a grandiosidade da nação e, especificamente, de São Paulo e Osasco. Isto é observável, por exemplo, na expressão utilizada para se referir a São Paulo: “a terra bandeirante”.

Há ênfase também, à formação da pessoa, colocando-se a religião como “mãe da moral e da ética”. Há uma coluna especial dedicada à religião na qual aparecem artigos ligados ao catolicismo, ao culto evangélico e, em menor quantidade, ao espiritismo. Esta coluna ganhou um espaço crescente nos anos de 1965 a 1970.

É importante lembrar que, em 1965, estávamos em um período de ditadura militar e o governo estadual era comandado por Adhemar de Barros. O governo municipal estava a cargo de Marino Pedro Nicoletti (interventor). Este era o quarto ano de emancipação da cidade de Osasco e haveria eleições municipais em dezembro. Havia muita tensão política entre

Nicoletti e o ex-prefeito Hirant Sanazar. Ocorrendo disputa de espaços políticos, o jornal descreve estes embates, por exemplo: há a inauguração em 1965 da Faculdade de Ciências Econômicas, em um prédio cedido pelo SESI, na rua Dr. Mariano Jatahi Marcondes Ferraz. Esta, segundo o jornal, teria sido pensada por Nicoletti e inaugurada por Sanazar. Por outro lado, acontece a inauguração da Faculdade de Direito pensada por Sanazar e inaugurada por Nicoletti. O fato de o jornal descrever com maiores detalhes a inauguração realizada por Sanazar poderia indicar uma certa empatia por este. No entanto, quando Nicoletti foi nomeado interventor por Castelo Branco, o jornal passa a aclamá-lo usando sempre um adjetivo, talvez com a intenção de não desagradar as autoridades no poder.

A inauguração da Faculdade de Ciências Econômicas provocou, durante os anos de 1966 e 1967, um desconforto entre grupos em oposição na cidade. Debatia-se que a prefeitura gastava 10% de seu orçamento para manter uma instituição de ensino superior que não respondia pelas necessidades do município, colocava-se que antes dessa instituição era necessário a implantação de ensino técnico que iria favorecer tanto a população carente de escolas, como as indústrias da região que necessitavam de mão de obra especializada. Foi a partir desse debate que, em 1968, criou-se o Instituto Tecnológico de Osasco com os cursos de Agrimensura, Edificações, Eletrônica e Eletrotécnica. No ano seguinte, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas foi incorporada a esta instituição. Também aparece entre os anos de 1966 a 1969 um forte empenho da municipalidade, em conjunto com um deputado estadual, em conseguir a implantação de ginásios no município e a construção, através de convênios com o governo estadual, de grupos escolares.

Não é objetivo deste trabalho analisar o jornal em si, mas verificar o aparecimento de notícias sobre escola em estudo, ou seja, o recorte dado à pesquisa girou em torno da percepção das maneiras de como a escola mostrou-se ativa nas relações sociais locais.

Nas primeiras publicações desse jornal havia uma seção denominada “Vida nas Escolas”. Com o passar do tempo esta seção diminuiu sua frequência até desaparecer. No entanto, nos anos de 1965 e 1966, muitas notícias da escola foram publicadas, principalmente informes sobre a Associação de Pais e Mestres da escola, publicação dos programas para o exame de admissão, informes sobre a realização de bailes de formatura e eventos patrocinados pelos alunos da escola. Com o passar dos anos, essas notícias diminuem até a extinção.

Dois aspectos dessas publicações merecem ser destacados: em primeiro lugar, o fato de João Macedo de Oliveira, administrador do Jornal “A Região”, também ser membro da

Associação de Pais e Mestres do Colégio e Escola Normal Estadual “Antonio Raposo Tavares”, o que, de certo modo, facilitava a publicação de notícias da escola no jornal e pode explicar a existência da coluna “Vida nas Escolas”, que trazia eventos ocorridos em várias escolas da região. Em segundo lugar, chama atenção o fato dos eventos escolares serem publicados como uma realização dos alunos. Podemos ver esse procedimento nas notícias publicadas em três de julho de 1966:

Os alunos (do CENEART) promoveram o baile Fraternidade nos salões do Atlético, ontem, com renda em favor da Creche Maria Ss. Trindade. A festa contou com a presença de várias autoridades locais e de conhecidas figuras do nosso comércio e indústria. O famoso “homem do sapato branco”, Jacinto Figueira Junior (Canal 2) esteve presente, prestigiando a promoção beneficente. A comissão dos festejos esteve a cargo das Srtas. Maria M. Gallo, Vera Almeida e Sonia R. Gallo e do jovem Roberto José Reis. Recorda-se que a doação do prédio onde está instalada a creche foi feita pelo Comendador José A. Couto Arêvalo (Espanhol do ferro velho) e é dirigida pelas beneméritas Sras. Aldayr Piton, Adelba Araujo Freire e Francisca Aparecida Mattos.

O CENEART promoveu festejos juninos no pátio do colégio. **Os estudantes** promoveram concorridos bailes com orquestra invisível nos dias 11 e 12 (Santo Antonio) e 25 e 26 (São João) com renda revertida pró-formatura do ano corrente (grifos nossos). (Fonte: “A Região”, 3/07/1966, p. 7)

Além desses eventos aparecem, em 26 de setembro de 1965, notícias sobre um concurso de beleza para eleger uma rainha dos estudantes, patrocinado pelo CENEART e que envolvia várias escolas da região. O Curso Normal aparece com uma notícia sobre atividades a serem realizadas com a comunidade na Semana da Criança, em uma notícia publicada em 10 de outubro de 1965:

Os normalistas do Colégio e Escola Normal “Antonio Raposo Tavares”, sob a orientação da Cadeira de Prática e Psicologia, estão programando uma série de atividades para comemorar condignamente a semana da criança. Em resumo, eis o que se pretende fazer:

Dia 10 – Abertura da semana com uma conferência.

Dia 11 – Palestra por uma normalista (no CENEART).

Dia 12 – Abertura da exposição de trabalhos, cartazes, material científico, etc. e cocktail às autoridades e convidados.

Dia 13 – Teatro infantil e filme para as crianças no Cine Paroquial.

Dia 14 – Filme sobre Psicologia da Criança, para normalistas, professores e pessoas interessadas.

Dia 15 – Doação de calçados, medicamentos, material escolar, etc. à entidade de assistência a criança.

Dia 16 – recepção às crianças no CENEART com lanche, ginkana e prêmios.

Dia 17 - Encerramento da semana: Conferência sobre a Criança Excepcional pelo Dr. Wanderley Leite Cardoso.

Os locais e o horário serão oportunamente divulgados. (Fonte: “A Região”, 10/10/1965, p. 8)

Em seguida, já na próxima edição do jornal aparece uma nota de um dos eventos programados para a Semana da criança no colégio:

Com um coquetel às autoridades e figuras representativas locais, no dia 12 do corrente, o Club Psico-Pedagógico “Lourenço Filho” inaugurou na Galeria Fuad Auad, magnífica exposição sobre as atividades psico-pedagógicas atualmente empregadas nos modernos estabelecimentos de ensino primário. O Clube em questão é constituído de alunas do Curso Normal do CENEART, as quais estão de parabéns pela impecável organização da mostra. Monitores e monitoras receberam os visitantes acompanhando-os ao longo de todas as peças em exposição, dando-lhes esclarecedoras explicações sobre as cenas ali montadas. A mostra termina hoje. (Fonte: “A Região”, 17/10/1965, p.6)

Ainda dentre as notícias de jornal encontramos a atuação do Grêmio e as Feiras de Ciências do CENEART. É possível perceber pelas reportagens levantadas neste jornal que o Grêmio era muito ativo nesta época, demonstrando até certa influência política na cidade.

MANIFESTO DOS ESTUDANTES

Manifesto do Grêmio Estudantil Antonio Raposo Tavares, dirigido aos estudantes de Osasco, e ao povo em geral.

O Grêmio Estudantil Antonio Raposo Tavares, vem servir-se dêste manifesto, para esclarecer ao povo osasquense, acêrca de sua posição no que concerne às eleições em nosso Município.

O Grêmio, vem confirmar que sua posição é neutra, sem preferência de candidatos ou partidos, que se digam apoiados por esta Entidade. Devemos esclarecer que, se há candidatos que apregoam estar apoiados por êste Grêmio, essas afirmações são desprovidas de fundamento e verdade.

A DIRETORIA (Fonte: “A Região” – 24 /10/1965, p.7)

Segundo o depoimento do diretor da escola, na década de 1960, o grêmio era muito ativo, pois era regido por normas que permitiam uma maior liberdade: os alunos discutiam e propunham atividades e eventos numa atmosfera democrática sempre com muita responsabilidade e, geralmente, eram acatadas pela direção. Os alunos tinham liberdade para se reunirem na escola fora do horário de aula, inclusive aos sábados, utilizando os espaços da

escola, como por exemplo, a biblioteca. No entanto, as mudanças políticas e educacionais passadas pelo país alteraram essas relações. As alterações curriculares, o aumento do número de alunos e dos turnos na escola tornaram impraticável, por exemplo, a presença de alunos fora de seu turno de aula. Isso parece ter diminuído a possibilidade de encontros entre os estudantes fora da sala de aula, o que, paulatinamente, deve ter influenciado em sua participação.

Por outro lado, podemos considerar que os eventos noticiados datam dos anos de 65 e 66, momento já em plena ditadura militar, o que sugere que, nos primeiros anos desse regime político, a escola não sentiu tanta repressão em sua atuação. A repressão foi intensificada em um momento posterior, o ex-diretor da escola (não se lembra exatamente quando) contou em seu depoimento, entre risos, um episódio em que ele e seu assistente foram levados a um quartel e lá permaneceram pelo menos oito horas, apenas por ter se recusado a atender uma mãe (talvez esposa de um militar) que tentou “cortar a fila” para matricular seu filho(a), ela se recusou a entrar na fila e teria ido embora sem ser atendida, mas as consequências foram a reclusão do ex-diretor e seu assistente no quartel militar para prestar esclarecimentos durante praticamente o dia inteiro. Sem que nenhuma explicação tivesse sido solicitada, no final do dia, um oficial apresentou-lhe uma repreensão e foram liberados. Hoje, dá-se risadas do acontecido, mas na época existia muita apreensão em tudo que se fazia.

Além desse periódico, há, ainda, três exemplares de um jornal elaborado pelos alunos do curso de formação de professores: o “Jornormal”, de 1966, e três do jornal do grêmio da escola intitulado “Raposão”, de 1967, que substituiu o “Jornormal”. Esses jornais eram patrocinados pelo comércio local que recebiam em troca pequenos espaços para a publicidade de seus empreendimentos comerciais. Ambos são compostos de quatro páginas impressos em papel jornal, provavelmente, em uma gráfica. Não há detalhes sobre o número de jornais publicados e nem a quantidade que circulou. Neles encontramos notícias específicas de fatos ocorridos na escola que, apesar de contarmos apenas com seis exemplares, ambos contribuem para a compreensão das ideias que circulavam na escola. Por exemplo, o primeiro número publicado do “Jornormal” trouxe uma notícia que considerei muito interessante:

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura – IBECC – Seção de São Paulo, através da Da. Julieta Ormastroni, sua diretora executiva dirigiu um convite oficial à comissão organizadora da II Feira de Ciências do C.E.N.E.A.R.T., realizada de 13 a 15 de novembro de 1965. Os alunos premiados estão convocados a participar e concorrer aos prêmios da VI Feira de Ciências de São Paulo, que congrega todas as escolas secundárias do Estado de São Paulo.

Este acontecimento constituiu motivo de orgulho para nós professores e venho como representante desta comissão, transmitir o convite a todos os colegas e alunos, insistindo diante deste auspicioso fato no seu comparecimento no período de 13 a 15 de maio das 9 às 19 horas, no Ginásio do Pacaembu. Os temas apresentados pelos alunos serão:

- 1 – Embalsamento de sapos e comportamento das aranhas.
- 2 – Montagem de esqueletos.
- 3 – Cuba de ondas.
- 4 – Nutrição e vegetais.

Estas são as quatro equipes selecionadas para representar nosso Colégio na Feira de Ciências que reunirá todos os premiados do Estado de São Paulo.

Estas equipes foram escolhidas dentre as premiadas no II Feira do C.E.N.E.A.R.T. (Fonte: “Jornormal”, ano I, nº 1, 7/05/1966, p.2)

Podemos perceber que o estilo de escrita do jornal do colégio seguia o mesmo estilo dos jornais profissionais da época. Pela notícia transcrita percebemos que deve ser de autoria de algum professor, provavelmente, o mesmo que esteve a frente na realização da II Feira de Ciências, o que nos leva a concluir que o jornal recebia a colaboração de alunos e de professores. Além disso, podemos perceber a importância que as Feiras de Ciências tinham na década de 1960, não eram apenas exposições, os alunos apresentavam trabalhos e competiam para a apresentação do melhor trabalho. No caso de 1966, conforme a notícia, esse evento extrapolou os muros da escola. Segundo o depoimento do ex-diretor, essas feiras eram motivo de orgulho, foi o CENEART, a primeira escola a patrociná-las em Osasco, e em seguida, foi imitado pelas outras escolas.

Além desse tipo de notícia, encontramos nesse jornal muitos textos narrativos ficcionais e poemas escritos pelos alunos. Há também textos informativos sobre psicologia infantil, a questão da família, comportamento do jovem com um forte apelo prescritivo. Mesmo em textos mais críticos como análise das condições da escola ou do município, aparece um certo clima moralizante:

Êste ano, houve uma novidade: em virtude das poucas vagas e da grande concorrência, nos dias 9 e 10 do mês de março foram realizados exames de “seleção” para os cursos Normal e Colegial. Ótimo! Um fato digno de todos os elogios pois enseja, por êsse meio maior aprimoramento do ensino. (Fonte: “Jornormal”, ano I, nº 1, 7/05/1966, p. 3)

Outra fonte de pesquisa foram as atas de reuniões da escola¹¹. Estas possuem características específicas que precisam ser levadas em consideração. É verdade que, por exemplo, nem tudo que é discutido em uma reunião consta de sua ata e aquilo que é relatado possui o recorte de quem a escreve. Além disso, muitas vezes, prevalece o ponto de vista de grupos que de alguma forma se sobressaíram nas relações intra-escolares. Concomitante a essas restrições, acrescenta-se o fato das atas não serem relatadas com regularidade. Assim, encontrei períodos vazios como se não houvesse reuniões ou, na melhor das hipóteses, suas atas teriam sido perdidas. Outras vezes, nas atas de reuniões constam apenas a data da reunião e a assinatura dos participantes sem qualquer anotação de pauta.

Esses vazios caracterizaram essa fonte de pesquisa por uma grande fragmentação. Poder-se-ia afirmar que isso talvez fosse produto da época vivida, ou seja, o medo de represálias do regime ditatorial militar. Essa seria uma hipótese que não poderia ser comprovada, uma vez que nenhuma das fontes consultadas se refere a qualquer aspecto dessa hipótese. O silêncio, ou melhor, a ausência das atas pode ser resultado de inúmeros fatores, inclusive da possibilidade de algum diretor(a) tê-las considerado inúteis e tê-las descartado.

Além disso, é preciso considerar a rotatividade de diretores da escola, sobretudo, a partir da década de 1980. Nem todos consideraram importante manter arquivados livros de atas de reuniões antigas. Foi assim que encontrei a maioria dos documentos analisados, guardados (esquecidos) em uma sala junto com muitos livros didáticos que não eram mais utilizados pela escola. Esta sala apresentou sérios problemas de infiltração de água da chuva e foram transferidos e organizados por mim na biblioteca da escola. Hoje se encontram de volta no arquivo morto da escola.

Outro material encontrado nos documentos escolares foi uma espécie de lista com atos normativos em relação a criação e instalação da escola. Essas informações foram publicadas como a história oficial da escola no site da Câmara Municipal de Osasco:

¹¹ Documentos analisados da escola encontrados no arquivo morto: Livro de Matrícula do Curso normal – 1965 a 1969; Livro de Atas de Reuniões Pedagógicas do Curso Primário Anexo – 1966 a 1974; Livro de Atas da A.P.M. do Curso Primário Anexo – 1967 a 1971; Livro de Ata de Reunião de Pais e Professores para tratar da Fundação do Banco Escolar do CENEART – 1968; Livro de Atas de Eventos Escolares – 1968 a 1970; Livro de Atas de Reuniões Pedagógicas do Curso Secundário – 1953 a 1975; Livro de Termos de Visitas de Autoridades Estaduais - 1961 a 1987; Livro de Atas de Reuniões de Coordenadores de Área – 1974 a 1977; análise de prontuários de alunos; análise de arquivos com grades curriculares.

A História do CENEART

A lei estadual nº 605 criou o Ginásio estadual de Osasco em 02 de abril de 1950. Em 29 de janeiro de 1951 outra lei estadual de nº 968 criou o Colégio Estadual de Osasco. Em janeiro do ano seguinte assume a primeira diretora Professora Araci Ferreira Leite. Em março de 1952 o curso ginásial começou a funcionar, no prédio do Grupo escolar "Marechal Bittencourt". Em maio deste mesmo ano assume a direção da escola a professora Helena de Arruda Ramos.

Através do decreto nº 21.726 a escola passa chamar-se Colégio estadual Antônio Raposo Tavares. Em 1953 tem início o curso colegial na escola seu primeiro professor efetivo chamava-se Alcyr de Oliveira Porciúncula e tomou posse em 19 de março de 1953.

No dia 19 de março de 1963 iniciaram-se as aulas no novo prédio construído especialmente para o "CENEART" e junto aconteceu a instalação do curso colegial clássico.

A lei nº 8416 de 19 de abril de 1964 criou o curso de Formação de professores Primários, Curso Normal. Em 13 de março de 1965 a secretaria estadual de educação autoriza o funcionamento da escola Normal e no dia 25 do mesmo mês e ano acontece a instalação solene do curso.

Em outubro de 1968 tem início a construção do Ginásio de Esportes coberto, com fundos obtidos em campanhas promovidas por professores e alunos.¹²

A partir dessa história oficial da escola, pretende-se expandir e aprofundar as reflexões sobre essa escola ultrapassando os limites dados pelos atos legislativos nomeados no trecho acima. O contato com essas fontes encontradas na escola desenhou um quadro muito entusiasmado do que foram as atividades desta escola.

A legislação foi pesquisada tomando como foco as normas dirigidas à escola especificamente e ao curso de formação de professores de maneira geral, tanto no que diz respeito as leis federais que orientam o sistema educacional brasileiro como as leis estaduais que disciplinam o sistema estadual de ensino.

Essas leis foram pesquisadas através de três caminhos: leis transcritas por pesquisadores de política educacional, leis publicadas em coletâneas de legislação do estado de São Paulo e sites de instituições públicas (Assembleia Legislativa, Centro de Referência Mario Covas, Secretaria do Estado da Educação, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Ministério da Educação - MEC).

Assim temos:

¹² Retirado do site da Câmara Municipal de Osasco em 08/02/2007. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br>

- Ministério da Educação e Saúde. Organização do Ensino Primário e Normal. XIV: Estado de São Paulo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. 1942. Boletim 19.
 - Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961 in: LOURENÇO FILHO, M.B. Organização e Administração Escolar. Curso Básico. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
 - Lei 5692, de 11 de agosto de 1971. In: Cursão Santa Rita (coletânea de leis educacionais para concurso), s/d.
 - Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. In: MENESES, João Gualberto de Carvalho; (et al). ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Leituras. 2ª edição atualizada. São Paulo: Pioneira, 1999.
 - Estado de São Paulo – Plano Estadual de Educação 1970-1971. São Paulo, 1970. V. I e II (Integração e Desenvolvimento – Governo Roberto Costa de Abreu Sodré)
 - Documentos Básicos para a Implantação da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus – Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. 1973.
 - Brasil – Leis e Decretos. Habilitações Profissionais no Ensino de 2º Grau. Dep. Ens. Médio. MEC, 1972.
 - LEX – Coletânea de Legislação – Legislação do Estado de São Paulo e Prefeitura da Capital, 1950 a 1965.
 - Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1950 a 1965.
 - Revista do Departamento do Ensino Secundário e Normal (DESN), 1973/1975.
 - Secretaria do Estado da Educação. Diretrizes gerais para a implantação da proposta de reformulação dos cursos de magistério. São Paulo: CENP/SE, 1994.
- Portais na internet de pesquisa em legislação a partir da década de 1980:
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, disponível no endereço: www.al.sp.gov.br
 - Imprensa Oficial, disponível em www.imprensaoficial.com.br
 - Centro de Referência em Educação Mario Covas, disponível em www.crmariocovas.sp.gov.br

- Resoluções da Secretaria da Educação de São Paulo de 1981 a 2009 - LISE, disponível em www.educacao.sp.gov.br
- Legislação Federal, disponível em www.portal.mec.gov.br/index.php

Os depoimentos (ou seja, a quarta fonte de pesquisa) foram coletados de duas formas: escritos a partir de perguntas, quando a pessoa considerava mais confortável escrever do que gravar a entrevista; e gravados com um gravador de voz. Esses depoimentos foram transcritos e transformados em relatos, encontrando-se no final desse trabalho como Apêndice A. Foi muito interessante realizar esta pesquisa, pois muitas informações foram colhidas através da conversa informal sobre a escola que antecedia a entrevista em si, mais até do que com a entrevista. Assim, muitos dados colhidos não possuem um registro protocolar, como caberia a um trabalho com história oral. Portanto, o trabalho desenvolvido não diz respeito a um projeto de História Oral, no entanto, os dados colhidos são tratados como informes pessoais.

As informações colhidas serão tratadas como relatos (por exemplo, Relato A) e não serão identificadas com os nomes dos colaboradores. Foram analisados os seguintes depoimentos:

- Depoimento de ex-aluna do curso normal formada em 1970. Entrevista realizada por meio de questionário escrito (acervo pessoal), transformado em “Relato A”.

- Depoimento de ex-aluna do curso normal da última turma da década de 1960 e que, mais tarde, se tornou professora do mesmo curso (1975-2008). Entrevista realizada por meio de questionário escrito (acervo pessoal), transformado em “Relato B”.

- Depoimento de ex-professora do curso normal que trabalhou na escola de 1975 a 2003. Entrevista realizada por meio de questionário escrito (acervo pessoal), colocado como “Relato C”.

- Depoimento do ex-diretor da escola (1963-1976). Entrevista recolhida em gravador digital (acervo pessoal), transcrita e transformado em “Relato D”.

- Ex-professor de biologia da escola – recolhido a partir de uma gravação realizada pela escola na ocasião do aniversário de 50 anos – CENEART, encontrado do acervo audiovisual da escola. Este professor foi aluno da escola e se formou na primeira turma do curso secundário da escola em 1955. Seu depoimento ajuda compreender como era o cotidiano da escola e da cidade nos primeiros anos de criação da escola. Foi transcrito e colocado como “Relato E”.

- Depoimento de ex-aluna da Habilitação Específica para o Magistério (1996-1999). Entrevista recolhida em gravador digital (acervo pessoal), colocada como “Relato F”.
- Depoimento de ex-aluna da Habilitação Específica para o Magistério (1979-1982). Entrevista recolhida em gravador digital (acervo pessoal), colocada como “Relato G”.
- Depoimento de ex-aluna da Habilitação Específica para o Magistério (1983-1986). Entrevista recolhida em gravador digital (acervo pessoal), transcrita e transformada em “Relato H”.
- Depoimento de diretora da escola. Entrevista recolhida em gravador digital (acervo pessoal), transcrita e colocada como “Relato I”.

Assim, meu trabalho de pesquisa não se inscreve em um projeto de História Oral e como os depoimentos recolhidos são tratados como fonte de informações, tratarei os depoimentos, conforme Thompsom (1992: 304) assinala, como evidência oral “[...] a partir do qual se organiza um texto expositivo”. Evidentemente, muitos dados são perdidos como a ênfase dada pelo entrevistado a certas lembranças, as hesitações, pausas e repetições (no caso de entrevista gravada). Busco, enfim, uma indistinção entre a fonte oral e as outras fontes documentais. Conforme Thompsom (1992: 305) descreve, “a evidência oral pode ser avaliada, julgada, comparada e citada paralelamente ao material de outras fontes”.

A escrita do texto foi conferida com a audição repetidas vezes, tentando-se produzir uma interpretação de acordo com o contexto em que foi coletado, considerando o viés associado tanto ao entrevistado que selecionou o que seria dito/escrito, como o meu que como entrevistadora dirigi o depoimento para a reflexão de alguns aspectos da pesquisa como a relação aluno-aluno, aluno-professor, professor-professor, aluno-direção, professor-direção, entre outros

Meihy (2005) defende que a história oral sem um projeto de pesquisa não é história oral, assim do ponto de vista material, ela pode ser considerada como uma série de gravações premeditadas de narrativas pessoais, feitas diretamente de pessoa a pessoa prescritas por um projeto que detalhe os procedimentos da pesquisa. Conforme ele descreve, a história oral pode ser definida como uma prática de apreensão de narrativas com a finalidade de recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato; busca-se a formulação de documentos por meio de procedimentos iniciados com a elaboração de um projeto e a definição de pessoas a serem entrevistadas. Este projeto

deve prever a condução das entrevistas e gravações, as transcrições, conferências das fitas com os textos, autorizações para o uso das gravações; arquivamento e sempre que possível publicação dos resultados, que devem voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

Assim,

A história oral mantém um compromisso de registro permanente que se projeta para o futuro sugerindo que outros possam vir a usá-la de diferentes maneiras, e por isso é importante separar as etapas de gravações de entrevistas, de estabelecimentos de textos, de suas análises e do arquivamento ou destinação. [...] a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. (MEIHY, 2005:18-19).

É importante diferenciar história oral de fonte oral. Qualquer manifestação de oralidade pode se transformar em fonte quando materializada em gravações e utilizada intencionalmente. Conforme Meihy (2005:21), fontes orais são diversas manifestações sonoras, gravadas, decorrentes da voz humana e que se destinam a algum tipo de registro passível de arquivamento ou de estudos. Quando uma fonte oral é analisada e utilizada em um projeto de pesquisa ela se transforma em documentação oral. A história oral é o resultado de um projeto de pesquisa que fora elaborado para atingir um objetivo.

Dessa forma, o trabalho de pesquisa que aqui apresento não se trata de um projeto de história oral, mas se utiliza de uma fonte oral que são os depoimentos registrados e as conversas tratadas como informais por não estarem direcionadas por um plano de perguntas, ou seja, são conversas estabelecidas em contatos iniciais que acabaram trazendo muitas informações sobre a escola e seu cotidiano, como por exemplo, as meninas que subiram no antigo telhado do refeitório para colher mangas verdes de uma árvore que pertencia a um terreno vizinho à escola, apesar da rigidez disciplinar dos professores, elas não foram punidas.

O relato oral, conforme Queiroz (1988), é tomado como a maior fonte humana de conservação e difusão do saber desde os tempos mais remotos e, como qualquer documento, sofre a interferência da subjetividade de quem relata, de quem escuta e seleciona o que é importante para sua pesquisa conforme seus objetivos e de quem interpreta o que foi coletado. O pesquisador e aquele que relata, aparentemente, ganham um grande peso como intermediários que interferem de alguma forma no que será registrado: o primeiro é guiado pelo seu próprio interesse ao procurar o narrador; o segundo quer transmitir sua experiência que considera digna de ser preservada.

Neste sentido, é preciso desfazer a ilusão de que é possível preservar um relato sem qualquer interferência. A própria situação de captação de um relato e o ambiente no qual é feito interfere na forma como o relato é realizado e depois analisado. Desde o princípio o pesquisador é guiado pelas finalidades estabelecidas em sua pesquisa, serão estas que guiarão suas perspectivas ao analisar os dados obtidos, pois analisar significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais a fim de utilizar somente o que é compatível com aquilo que busca.

A entrevista é a forma mais evidente de coleta de dados orais. Esta supõe um diálogo contínuo entre pesquisador e narrador e pode seguir um roteiro previamente estabelecido ou não. Este depoimento recolhido no diálogo entre pesquisador e informante é estabelecido como o relato de algo que foi vivenciado, presenciado, experimentado ou de alguma forma conhecido e é dirigido pelo pesquisador direta ou indiretamente.

Conforme Augras (1997), todo testemunho é autobiográfico, pois implica uma organização de várias lembranças, ou seja,

provoca um trabalho de construção, que transforma longínquas reminiscências em um discurso organizado e razoavelmente lógico. A partir do momento em que a pessoa foi convidada a dar seu depoimento, ela repensa o assunto e, aos poucos, elabora seu discurso. AUGRAS (1997: 28)

Isto acontece tanto em entrevistas como também na resposta aos questionários, desfazendo-se, portanto a ilusão de questionários objetivos.

Na verdade, em um depoimento ocorre um fenômeno chamado, por Augras (1997) de “estruturação dos fatos de memória”, no qual ocorrem mecanismos relacionados com a construção da identidade pessoal. Assim temos que, em nossa complexa sociedade, cada pessoa pertence a diversos grupos cada qual com seu modelo de identidade, ou seja, possuem exigências e expectativas específicas. Além disso, a sociedade não é uma realidade externa ao indivíduo, ela permeia a sua forma de ser, uma vez que esse reflete todos os conflitos entre os diversos grupos a que pertence ou constitui. Assim, ao ser convidado para dar seu testemunho um indivíduo reativa todos esses conflitos que são organizados em um discurso coerente, mas não sem contradições. São estas que põem em evidência o jogo das tensões e a relativa incoerência trazem um retrato da realidade vivida.

Portanto, o emprego de relatos orais produz uma grande riqueza de dados a medida que são impregnados de aspectos importantes da sociedade: comportamentos, valores e ideologias. Os elementos levantados são informações que são reunidas e classificadas e

necessitam ser trabalhadas com outros procedimentos como a descrição, a análise, a inferência, a compreensão e a explicação.

Neste sentido, Cipriano (1988) observa que o trabalho com relatos orais não pretende atingir o nível da universalidade absoluta como é a finalidade de pesquisas que utilizam uma metodologia quantitativa, mas eles fornecem indicações úteis e indícios importantes para uma análise reflexiva verticalizada. Ou seja, o uso de biografias, auto-biografias, histórias de vida, depoimentos permite recuperar uma problemática vivida em um dado período. Além disso,

o livre fluir do discurso – na relação interpessoal entre entrevistador e entrevistado – dá lugar à emergência dos fatores cruciais de uma vivência pessoal, que não é somente individual mas profundamente inserida no corpo social. Ou seja, trata-se de uma “[...]escavação no microcosmo para nele entrever o macrocosmo.” (CIPRIANO, 1988: 122)

É importante salientarmos que no trabalho com relatos orais passamos a trabalhar com dois discursos de naturezas diferentes: a oralidade que é complementada com gestos e comportamentos durante o depoimento e, depois, o relato transcrito (a escrita) que permite sistematizar informações que no relato oral passariam despercebidas. Segundo Demartini (1988), as entrevistas faladas são ricas e repletas de elementos novos que vão se apresentando a medida que se escuta várias vezes cada gravação; o material transcrito, por outro lado, permite uma visão de conjunto e um trabalho com as memórias de forma mais dinâmica. Isto acontece porque o material escrito permite uma visão de conjunto, ou seja, podemos perceber simultaneamente as várias informações dos vários entrevistados a respeito de determinado assunto.

Complementando esse aspecto, Maciotti (1988) indica que qualquer relato oral deve ser tomado a partir de uma contextualização, ou seja, ele não pode ser compreendido ou interpretado adequadamente sem estar no âmbito de um quadro histórico específico. Portanto, é preciso considerar que, durante uma entrevista ou depoimento, o entrevistador deve ter um amplo conhecimento prévio dos problemas e da época que pretende investigar, pois só assim poderá fazer questões e mostrar-se interessado em alguns aspectos que o entrevistado tocou apenas de leve ou não abordou, abrindo novos espaços nas memórias e obtendo informações, às vezes, inesperadas.

Neste sentido, as entrevistas realizadas para minha pesquisa somente ocorreram após o levantamento e leitura da bibliografia, que proporcionaram um conhecimento prévio do

contexto no qual as situações foram vivenciadas. Houve muita resistência na gravação dos depoimentos, alguns permitiram que fossem gravados depois de um bom tempo que a entrevista tinha se iniciado, outros não permitiram a gravação, mas deram permissão que as informações fossem usadas na pesquisa, outros, ainda, preferiram as perguntas para escreverem. Enfim, foi muito difícil lidar com essas informações que após análise, transformaram-se em um texto em forma de relato com o uso do discurso indireto e narrado em terceira pessoa (vide apêndice A).

Considerando todas essas observações sobre as características do relato oral e seu registro, e realçando, como já foi dito, que meu trabalho de pesquisa não é um projeto de história oral, enfatizo que neste trabalho utilizei os relatos orais como uma fonte com o objetivo de servir de auxílio para captar o cotidiano escolar, que não é evidenciado pelos documentos escritos encontrados na escola. Escolhi como metodologia de pesquisa elaborar um roteiro de perguntas prévias para direcionar o relato oral, mas tomei como princípio permitir ao relator liberdade para discorrer livremente sobre o assunto tratado, muitas vezes solicitando esclarecimentos sobre aspectos relatados e não fazendo do roteiro, portanto, uma camisa de força.

Segundo De Decca (1994), um evento histórico pode ser delineado conforme os trabalhos historiográficos, ou seja, as fontes permitem investigações em que as explicações ganham sentido, porém é preciso relacioná-las com as explicações históricas.

Este teórico afirma que:

de um lado, estão as fontes e, de outro, as várias perguntas com as quais o historiador interroga estas fontes. O evento, a própria história, surge desse diálogo entre a documentação e a pergunta feita pelo historiador. O objeto do conhecimento histórico é aquilo que acontece, é o acontecido, perseguido pelas suas evidências e registros. Cada historiador faz perguntas diferentes e procura selecionar o material que possa responder estas perguntas [...]. É preciso compreender como cada aspecto da vida humana e dos universos sociais se relacionam uns com os outros. (De Decca, 1994: 7).

Reiterando, os objetivos deste trabalho são estudar a implantação do curso de formação de professores, num colégio secundário estadual do município de Osasco, na década de 1960 (século XX). Busca-se entender a razão deste acontecimento dentro do contexto histórico em que estava inserida a cidade e a partir da política educacional desenvolvida no período; entender a importância dada a esse curso pelas pessoas que de alguma forma

entraram em contato com ele; e, observar a evolução dessa escola ao longo dos anos até o fechamento do curso normal em 2004, ao que parece a contragosto da cidade.

O relacionamento da escola com o contexto da cidade na qual esta inserida, resultou no próximo capítulo que, a partir das fontes aqui listadas, analisará a história e o desenvolvimento da cidade de Osasco e a relação desses aspectos com as características da escola em estudo. Nele pretendo, portanto, tecer os fios das meadas da cidade e da escola compondo a urdidura que envolveu a escola ao longo dos anos.